

Apresentado em
Data 02/10/25



Poder Legislativo
Câmara Municipal de Porto Nacional - TO
Av. Murilo Braga nº. 1847, Centro, Fone/Fax: (63) 3363-7296

Aprovado em
Data 02/10/25

Requerimento Nº 65 /2025

CÂMARA MUNICIPAL
DE PORTO NACIONAL - TO
PROVIDENCIADO
EM: 03/10/25 OF. nº 030

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PORTO NACIONAL - TO.**

O Vereador que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no art. 119, inciso XV, da Resolução nº 010/2021 – Regimento Interno desta Casa de Leis, requer a Vossa Excelência que, após ouvida e aprovada a deliberação do Plenário, seja encaminhado o presente **REQUERIMENTO DE PROVIDÊNCIA** ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Porto Nacional, **Ronivon Maciel**, para que, por meio da **Procuradoria-Geral do Município** e da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação**, sejam adotadas as medidas legais cabíveis para promover a **reversão ao patrimônio público municipal** da área localizada no **Setor São Vicente**, originalmente doada ao particular **Carlos Colombo**, por meio da **Lei Municipal nº 1.374/1992**, mediante escritura pública lavrada em 13 de setembro de 1992, **sem registro no Cartório de Registro de Imóveis competente**.

Requer-se, ainda, que a referida área seja formalmente destinada à Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S), nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017, a fim de garantir o direito à moradia e à segurança jurídica dos atuais ocupantes de boa-fé.



Poder Legislativo
Câmara Municipal de Porto Nacional - TO
Av. Murilo Braga nº. 1847, Centro, Fone/Fax: (63) 3363-7296

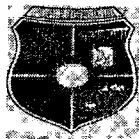
I – DOS FUNDAMENTOS

Descumprimento do encargo legal: Passados mais de 30 anos desde a doação, o donatário jamais cumpriu as obrigações assumidas, não edificando ou implementando qualquer atividade prevista, mantendo a área em estado de abandono, sem cumprir sua função social.

Ausência de registro imobiliário: Conforme o art. 1.245, §1º do Código Civil, a transferência da propriedade somente se concretiza com o registro do título no Cartório de Imóveis, o que nunca ocorreu. Assim, o bem permanece legalmente pertencente ao Município.

Ocupação consolidada e de boa-fé: A área encontra-se atualmente ocupada por famílias em situação de vulnerabilidade social, que exercem posse mansa, pacífica e prolongada, preenchendo os requisitos legais para a REURB-S.

Valorização por investimento público e risco de enriquecimento ilícito: Após investimentos públicos em infraestrutura, o donatário passou a manifestar interesse na venda dos lotes, buscando se beneficiar da valorização proporcionada por recursos do erário. Tal conduta afronta o princípio da moralidade administrativa e configura possível tentativa de enriquecimento ilícito.



Poder Legislativo
Câmara Municipal de Porto Nacional - TO
Av. Murilo Braga nº. 1847, Centro, Fone/Fax: (63) 3363-7296

Dano ao erário e imprescritibilidade: A ausência de contrapartida, o abandono da área e a posterior tentativa de exploração econômica configuram dano ao erário, conforme art. 10 da Lei nº 8.429/1992. De acordo com o entendimento do STF (RE 852475, Tema 897), o ressarcimento por ato doloso causador de prejuízo ao erário é imprescritível.

II – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se que o Poder Executivo Municipal:

Instaure procedimento jurídico e administrativo visando à reversão da doação, com base na Lei nº 1.374/1992 e nos fundamentos aqui apresentados;

Promova a formalização da reintegração da área ao patrimônio público municipal, inclusive com o devido registro no Cartório de Imóveis;

Inclua a área no Programa de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S), conforme a Lei Federal nº 13.465/2017;



Poder Legislativo
Câmara Municipal de Porto Nacional - TO
Av. Murilo Braga nº. 1847, Centro, Fone/Fax: (63) 3363-7296

Informe a esta Casa Legislativa, dentro do prazo legal, acerca das providências já adotadas ou em andamento quanto ao presente requerimento.

III – DA JUSTIFICATIVA FINAL

A presente medida tem por finalidade resguardar o interesse público, recuperar patrimônio pertencente ao Município e assegurar o direito à moradia digna às famílias que ocupam legitimamente a área. Trata-se de ação reparatória, preventiva e socialmente justa, que busca corrigir uma omissão histórica e efetivar a função social da propriedade urbana, conforme determina a Constituição Federal.

Certo do compromisso com a população portuense nos colocamos a disposição para mais esclarecimentos.

Atenciosamente

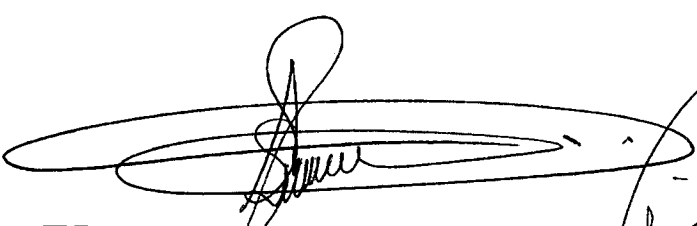
Sala das Sessões, 29 maio de 2025.


Marcone Cleiton de Oliveira
Vereador


Rozângela Medeiros
Vereadora


João Justino da Silva
Vereador


Diva Cardoso
Vereadora


Geovane dos Santos
Vereador


Emivaldo - Miúdo
Vereador


Junio de Cesário
Vereador


João Leite
Vereador


Silvaney Rangel de Rocha
Vereadora Presidente